



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex. ^{mo} Sr. Adlander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 25 minutos.

A comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Lota de Peixe procedeu à uma reunião de acerto entre os seus membros.

Intervieram a diverso título, os Srs. Deputados Adlander Matos (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma

(ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD) e Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 10 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pinheiro
Martinho Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Matos
Elsa Pinto
Guilherme Octaviano

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos Santos S. Bragança

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início a esta reunião que tem a ver com o seguinte: nós já ouvimos os dois Srs. Directores cuja versão estava prevista no início de nossos trabalhos e temos as declarações dos dois, eles estão cá a ratificar as suas declarações, não foi preciso recorrer à gravação, porque eles estiveram de acordo salvo em umas expressões ou outras.

Estiveram de acordo com tudo, visto que os materiais foram fornecidos por serviços e agora estão assinadas todas páginas. Eles estão cá desde 8 horas, houve uma séria de problemas, depois não havia a possibilidade de como aplicar, depois o técnico levou as páginas e está a corrigi-las, mas saiu tudo na mesma e agora estão a fazer a correcção.

A ideia era ter o projecto, portanto, ter todo processo à mão, tudo aquilo que já foi feito e dar a conhecer o relator para fazer uma leitura de todo o processo e para termos que seguir a segunda fase. Temos que entrar na fase da alínea b) da resolução.

Temos que chegar as conclusões, depois dessas audições. A que conclusão chegamos. Eu teria sugerido que nós ouvíssemos o relator a ler o processo, depois nós tiraríamos nossas conclusões. Amanhã haverá uma reunião Plenária e não poderemos vir, viremos aqui na segunda-feira para cada um dizer a que conclusão chegou depois da audição do relator.

É essa a proposta que tenho em relação ao primeiro relatório, temos também convocado Sr. Deputado Cecílio Quaresma para 9 horas, fomos trabalhar na sala da 1.ª Comissão, como os senhores estavam a ler, as audições foram extremamente longas e eles estavam a ler todo processo na parte da audição em que eles estiveram envolvidos e teremos que ver.

Ontem marcamos um encontro e o Sr. Deputado Cecílio não pôde vir, então tive que trabalhar com novo relatório, pegando naquele texto todo e trabalhar de modo a que os Srs. Directores pudessem assinar. O Sr. Deputado Cecílio obviamente assinará a parte que lhe cabe enquanto o período em que ele foi nomeado até ao seu pedido de renúncia, e o Sr. Deputado Adlander irá assinar a parte seguinte do inquérito.

Tenho aqui uma carta do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD que me foi agora entregue, nos termos do artigo 14.º da Lei 2/2007, Lei dos Regime do Inquérito Parlamentar vimos solicitar substituição temporária do Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco durante a sua ausência pelo Sr. Deputado António Afonso dos Ramos na Comissão Parlamentar de Inquérito relacionado com a Lota de Mercado de Peixe aprovada pela resolução n.º 26/IX/2011 pelo facto do mesmo se encontrar ausente do País. Com os melhores cumprimentos. Assinado o Presidente do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, José da Graça Viegas Santiago.

São Tomé, 24 de Novembro de 2011.

Portanto, está ausente o Sr. Deputado Rafael Branco e o Grupo Parlamentar pede a sua substituição temporária pelo Sr. Deputado António Afonso dos Ramos. E onde é que está este senhor?

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado António Ramos não está presente, porque esta reunião coincidiu com o encontro da 2.ª Comissão, na qual ele é o relator do orçamento, e neste momento há impossibilidade de ele estar cá, porque a 2.ª Comissão está reunida.

O Sr. **Presidente**: — Mas ele vem a reunião hoje?

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Se o encontro terminar a tempo ele ainda poderá aparecer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados a questão está colocada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, não sei se ... *por deficiência de gravação não nos foi possível transcrever partes desta intervenção.*

O Sr. **Presidente**: — No artigo 14.º da Lei 2/2007, Lei dos Inquéritos Parlamentares no número um, diz: «os deputados membros da Comissão de Inquérito só podem ser substituídos em virtude de perda ou suspensão do mandato ou em caso de escusa justificada».

Portanto, quando um deputado é substituído ele tem o mandato suspenso até que retome o seu lugar. É o ponto número um do artigo 14:º - permite - e é o artigo invocado pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Estamos sempre na legalidade e já como disse, já houve um caso de substituição, também do Sr. Deputado Rafael Branco. Agora, eu queria a vossa opinião sobre essa metodologia que eu vos disse a bocado.

Aqui temos tudo que falamos nesta Comissão de Inquérito até o momento. Qual seria o melhor método? Eu achava que nós deveríamos ouvir o relator porque não foi possível fazer uma cópia para cada deputado membro da comissão.

Não sei se bastava, ouvirmos a descrição do relator? É claro que os Srs. Deputados podem propor outra metodologia. Queria ouvir a vossa opinião.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que podíamos fazer o exercício da leitura, mas tudo dependerá da extensão do próprio trabalho, porque temos que absorver, portanto, apropriar do conteúdo deste relatório. E depois a segunda fase é de tirarmos as elações.

Agora, a leitura não permite depois que possamos reter sobre as questões fundamentais do próprio relatório. A minha proposta é efectivamente que nos seja dado o relatório, porque ele é confidencial para que nós possamos ler e apropriamos dele e numa sessão seguinte, trazermos já as propostas das fases subsequentes a esta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sra. Deputada, ouvimos a proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, eu também diria a mesma forma como a Sra. Deputada Elsa Pinto acabou de dizer agora, só que eu gostaria, não sei se é possível de termos também a entrevista feita pelos Srs. Directores da DOPU e das Finanças.

Digo isso porque sei que o relatório que vamos ter é baseado nas posições que eles colocaram nas entrevistas que foram dadas ao longo do nosso trabalho. Não é? As audiências que foram feitas. Pronto, mas seria bom que nós acompanhássemos melhor esse relatório com entrevistas que foram feitas. Seria um pouco melhor para nós.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado o Sr. Deputado Cecílio Quaresma. A proposta da Sra. Deputada Elsa Pinto, conduz a que nós tenhamos que fazer uma cópia para cada Sr. Deputado.

Está sempre disponível para qualquer membro da comissão o sistema de gravação. Quer dizer nós podemos estar ...

Bom, se quiserem uma cópia e se tiverem capacidade de fazer uma cópia poderá fazê-lo. Nós estamos a proteger as cópias como uma das maiores provas deste processo e penso que podíamos fazer o seguinte: dizer aos técnicos e aos directores que estiveram aqui de manhã connosco, pusemos a ler toda a audição em que eles estiveram presente e que eles depois dissessem se havia alguma irregularidade ou alguma falha sobretudo na expressão que eles tiveram nessa audição. Eles leram tudo, havia dois aspectos: um porque o documento é feito na primeira pessoa, nós falamos em primeira pessoa e quando o relator trabalha, ele trabalha na terceira pessoa.

Havia um caso que em vez de dizer dizer-lhes, mas tivemos que dizer nos como da primeira pessoa, e ele chamou atenção. E outro chamou atenção para qualquer coisa que vimos que não era assunto sequer que não era necessário ouvir a gravação. Mas os deputados têm o sistema de gravação a disposição, podem ler, vamos então fazer cópias se for opinião de todos, uma cópia para cada um e toda e qualquer dúvida que tiverem nesta ou naquela passagem do documento podem vir confirmar com sistema de gravação.

Era isso que eu queria dizer. Não sei se consegui satisfazer aquilo que disse. Em todo caso se precisar de todo sistema de gravação está a sua disposição. Nós temos o direito de confidencialidade, mas os deputados têm todo o caminho aberto, está a disposição todo o sistema de gravação. O senhor pode fazer uma gravação e fazer o tal trabalho comparativo que quiser fazer ou senão ler o processo e em caso de dúvida, sublinhar essas dúvidas e vir confirmar na gravação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, acho que devemos ganhar o tempo e sendo assim vamos avançar com processo e fazermos a leitura do relatório, e em caso de dúvida recorreremos aos outros pontos.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção neste aspecto. Temos que ver os nossos recursos aqui, mas vamos fazer uma cópia para cada Srs. Deputados. Já agora, vamos fazer uma cópia a partir do documento já assinado pelos Srs. Directores. Eles devem ter acabado de assinar agora, e vou pedir aos serviços uma cópia para cada um de nós.

Agora, quando é que essa cópia estará a disposição? Temos que ver com o técnico.

São 11 horas menos 10, pelo menos que as cópias chegassem à mãos dos Srs. Deputados ainda ao logo a tarde por exemplo, ou que viessem buscar.

Não queria pôr isso nas mãos de qualquer pessoa, por isso, os deputados deveriam vir buscar nos serviços amanhã de manhã, visto que estaremos aqui no Plenário e poderíamos reunir na terça-feira.

Uma voz: — Na terça-feira será Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Ok, será Plenário do Orçamento Geral do Estado. Então, reuniremos mesmo na segunda-feira? Só temos reunião no dia 29?

Uma voz: — Não, teremos outros dias também.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a modernidade às vezes trazem algumas modernizes. Desculpem a redundância, mas este é um relatório ultra-confidencial. Então, se fosse noutros tempos seriam um documento reduzido ao escrito, lacrado, sem espaço, sem entre linhas e sem brancos. Tudo trancado, então hoje infelizmente, com modernice, eles são feitos de forma digital, imprimidos e pode até às vezes haver adulteração.

Daí que eu pediria ao Sr. Presidente que tomasse as devidas precauções no sentido de fechar as páginas. Portanto, a cópia que vai ser entregue aos Srs. Deputados, com todo respeito, porque não estou a desconfiar de ninguém eu apenas estou a fazer um alerta para medidas cautelares sobretudo devido a questão de confidencialidade, de trancar as páginas.

Portanto, quando um parágrafo termina no topo da página é preciso barrar, fechar, lacrar e não permitir que a multiplicação seja fácil. Um documento que venha com um código de tal ordem que dificilmente se pode multiplicar. Todas as medidas são boas, e acho que nestas questões de inquérito goza a presunção de inocência, portanto, até tanto julgado, não somos o tribunal e daí que é preciso salvaguardar cautelares direitos protegidos. Por isso, é preciso a maior confidencialidade.

O Sr. **Presidente**: — obrigado Sra. Deputada. Mais considerações, se estivemos todos de acordo, eu também volto a dizer os Srs. Deputados o seguinte: nós somos uma comissão de inquérito. Se nos escolheram nos nossos respectivos grupos parlamentares é porque confiam muito em nós.

Da nossa experiência, maturidade seriedade, etc. de maneira que a Sra. Deputada Elsa Pinto falou em presunção de inocência, nós aqui não temos ninguém condenado ainda. Eu quando falei da leitura se bem que reconheço que os argumentos da Sra. Deputada Elsa Pinto são muito válidos, porque num caso desse e com tantas páginas é muito difícil aquilatar da situação e depois fazer as conclusões.

Mas quando falei em ler aqui, era mesmo para preservar a confidencialidade deste documento, porque ele não deveria sair daqui. E nós na quarta-feira vamos falar dele e peço a atenção dos Srs. Deputados que vejam.

Há um documento que recebemos e que não comentamos ainda. Vamos comentá-lo na quarta-feira. É documento que foi enviado pelo Director da Direcção do Património do Estado em relação a inquirição que fizemos ao respectivo director.

Os documentos que pedimos, aqueles que vieram etc. de maneira que vamos fazer as cópias e vamos ter todos cuidados e vamos ficar a espera que os Srs. Deputados sejam digamos, nós todos sejamos responsáveis a altura daquilo que as pessoas confiaram em nós.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a explicação que deu e as conseqüentes abordagens que foi feita pela Sra. Deputada Elsa Pinto. Eu tinha uma outra ideia, acabo de intervir porque reparei que a minha opinião seria muito mais sustentada pela última intervenção da Sra. Deputada.

Eu quero dizer ainda mais, amanhã vamos discutir, temos uma sessão plenária em que abordaremos a questão da comunicação social. Durante esses dias estamos trabalhando sobre a questão do Orçamento. Eu não sei até que ponto fazendo cópias para distribuir para nós deste relatório seria vantajoso?

Eu compreendo que efectivamente, seria bom porque cada um no seu tempo livre daria uma vista de olhos, poderia analisar e emitir opiniões. Eu quero dizer que a audição que foi feita ao Sr. Director de Património, eu não estive, mas estou solidário com a comissão, eu talvez ficaria mesmo, porque se na próxima reunião o relatório fosse apenas lido cá e depois de lido podia-se fazer as cópias.

Eu não estou muito de acordo com questão das cópias, principalmente na última opinião que a Sra. Deputada deu, porque efectivamente esses documentos não quer dizer que estão em causa, porque a comissão tem acesso, tem o direito. Mas dantes quando era o tempo da ausência como dizia da máquina isso era fechado, vinha lacrado e muitas vezes eu por exemplo digo que há meus documentos que tenho lá no meu escritório que às vezes deixo em cima da minha mesa, às vezes deixo no carro e às vezes até que ponto que um ou outro funcionário pode ter acesso e às vezes... quer dizer são algumas medidas cautelares e preventivas que efectivamente nós deveríamos precaver.

Mas todavia, a comissão é soberana, quanto a mim acho que não era muito aconselhável ver essa divulgação já nesta fase do relatório. Porque mesmo aos Srs. Directores que estiveram cá, cada um levou apenas a parte que lhes dizem respeito, se não estou em erro.

Uma voz: — Ninguém levou.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Nem eles levaram! Era neste aspecto que eu gostaria emitir a opinião. Amanhã vamos ter a plenária e depois estamos a trabalhar sobre questão de relatório do parecer do Orçamento. Depois na terça-feira vamos ter outra vez sessão plenária.

Na próxima reunião, lia-se e tudo mais, verificava-se e podia-se no próprio dia talvez distribuir uma cópia, mas para já não estou de acordo. E depois de distribuir as cópias deveria-se recolhê-las.

Era neste aspecto que eu queria emitir a minha opinião.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que podemos evoluir um bocadinho mais. Estou perfeitamente de acordo com o que disse o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, porque temos que evoluir nessa análise.

Podíamos efectivamente, fazer uma sessão de leitura em que íamos reter o que é mais importante e íríamos considerar e depois poderíamos ter a faculdade de consulta.

O relatório estaria disponível e então podíamos consultar o relatório. De forma que quem que quisesse trabalhar no relatório tivesse acesso ao mesmo.

O Sr. **Presidente:** — Já que estamos a evoluir podemos pensar o seguinte. Meus senhores vamos ver o seguinte: nós poderíamos vir para aqui na quarta-feira e teríamos cópias do relatório. Pelo menos 3 a 4 cópias, poderíamos ver o relatório. Essas cópias seriam lidas aqui, mas depois seriam recolhidas.

Elas não saíam daqui. O que é que acham? Em vez de estarmos a ouvir, e ouvir é muito difícil, de facto é muito grande, muito volumoso e acho que deveríamos ter os documentos aqui, cada um teria os documentos, se for necessário tirar todos os nove exemplares, cada um lia o documento e durante a sessão teriam o documento para consulta, para ver não sei quanto. Mas depois para preservar e para salvaguardar o sigilo, até que nos partidos fazemos isso. Muitas vezes os documentos essenciais lêem-se e depois retiram-se, guardam-se.

Não sei qual que seria a vossa opinião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adlander Matos.

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu inicialmente tive alguma dificuldade em realmente absorver a primeira proposta feita pela Sra. Deputada Elsa Pinto, porque não estava preparado, porque pensava que íríamos fazer a leitura e posteriormente fazíamos a análise cá.

Tudo isso devido a questão de sigilo. Até que ponto nós com esse relatório nas mãos poderiam garantir que terceira pessoa, ora extra a comissão pudesse tomar contacto com ele e levá-lo um pouco fora do âmbito da comissão. No entretanto, eu acredito que de acordo com a explanação do Sr. Deputado Guilherme Octaviano, visto que nos próximos dias teremos sessões e não nos permitiria se calhar termos o tempo disponível para absorvermos e depois virmos aqui apresentar, seria bom que talvez no encontro da quarta-feira, pudéssemos vir mais cedo e termos um período de leitura, de anotação e posteriormente, tirarmos a conclusão final acerca do relatório.

O Sr. **Presidente:** — Eu só queria saber de vós o seguinte: era vantajoso ou não as pessoas terem uma cópia disponível aqui na quarta-feira?

Para cada um ler e depois recolher-se depois. Não teria vantagem sobre apenas ouvir. Não sei, era apenas isso que eu queria perguntar-vos.

Em termos de sigilo, qual é o problema? Para os serviços da Assembleia é mais dispendioso fazer cópia de isso tudo. Isso é uma verdade, mas pondo isso de parte e dada a importância que tem esse documento, falaríamos com a direcção dos serviços para fazer uma cópia para cada pessoa.

Nós vínhamos aqui na quarta-feira, líamos essa cópia, cada um lia, portanto, estava em disposição de cada membro todo o documento, mas só que o documento seria recolhido depois.

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Concordo melhor com este modelo, tendo disponível uma cópia para cada membro da comissão, e cada um depois de ter lido passaríamos para fase da abordagem e conclusão do processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu convivo com essa proposta. Teria no próprio dia o documento, líamos e depois fazíamos as anotações e devolveríamos. Eu convivo com essa proposta, porque nós todos que estamos aqui, Sr. Presidente, todos nós estamos metidos em todas as comissões.

Eu digo isso porque vejo por exemplo, eu trouxe só a pasta da 2.^a Comissão e vejo um calhamaço, nós todos estamos de certa maneira sobrecarregado e também para defender a questão porque eu não quero que amanhã eu seja cúmplice de uma ou outra questão, e eu quero dizer que hoje em dia nesses trabalhos há uma grande responsabilidade da nossa comissão, porque as pessoas às vezes fazem algumas imaginações e tudo mais que às vezes não coadunam com a nossa maneira de ser.

Portanto, acho que essa questão foi previamente levantada pela Sra. Deputada Elsa e estou inteiramente de acordo e gostaria que a comissão estivesse salvaguardado de qualquer interpretação para além daquele princípio que nos norteiam.

O Sr. **Presidente**: — Tema a palavra o Sr. Deputado Adlander Matos.

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sendo um processo em andamento, eu reforço a última ideia proposta pelo Sr. Presidente. Porque seria deselegante termos o documento na nossa posse. Quando por exemplo nos foi solicitado pelo Director do Património uma cópia do documento que eles assinaram no momento, e nós não demos porque, queríamos evitar que eles tivessem acesso ao documento num processo em andamento, mas no entretanto, nós temos medo de outras pessoas terem acessos a este documento e não seria muito elegante da nossa parte e mesmo poderíamos até certo ponto comprometer um bom andamento do processo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Já agora, eu queria perguntar a Sra. Deputada Elsa Pinto que é jurista, no final o Sr. Director pediu-nos uma cópia das suas declarações. Ele disse que ele assinou o documento e ele deve ter a cópia do mesmo porque pode haver alterações.

E para garantir que não haverá alterações ele concordou, mas depois ele falou em pedir uma certidão das suas declarações. Eu disse então, se o senhor pedir, nós iremos lhe dar só a parte das suas declarações. Foi isso que dissemos.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é preciso que ele também se acautele. Na medida que há direito que tem que ser salvaguardado. Ele deduziu uma série de depoimento, informações, daí que ele precisava de receber uma cópia ou uma certidão, com extracto daquilo que falou.

Se ele requerer é de seu direito.

O Sr. **Presidente**: — É só para informar aos Srs. Deputados que os Srs. Directores já assinaram o documento e com base nesse documento assinado vamos então assiná-lo. O Sr. Relator Cecílio terá que assinar o documento até o dia 20 de Outubro a data em que meteu o documento de renúncia e o Sr. Relator Adlander terá que assinar até o fim.

Então, em conclusão, voltamos cá na quarta-feira e até lá eu espero que o Sr. Técnico Nelson... ficou assente que vamos fazer uma cópia do documento já assinado para cada um dos Srs. Deputados de modo que na quarta-feira na reunião terão acesso a esse documento, vão ler, tirar nota e fazer tudo, mas depois nós recolheremos todos os documentos.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu gostaria de saber qual é a modalidade da entrega do documento.

O Sr. **Presidente**: — A questão da entrega dos documentos, cada Sr. Deputado vai buscar o documento ou vamos entregar o documento aqui na sala.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é apenas uma outra questão, eu não sei se pode abordar já?

O Sr. Presidente tinha nos dito que de acordo com a nossa solicitação parece-me que a Direcção do Património já tinha enviado alguns documentos para esta comissão e eu não recebi. Mas eu queria fazer uma sugestão, não sei se são muitos documentos ou não.

Se forem muitos eu também não estaria interessado em levá-los todos. Eu sugeria apenas que o Sr. Presidente instruisse o técnico da comissão que ele nos fizesse por uma folha os títulos dos documentos.

O Sr. **Presidente**: — temos uma resposta para isso. Isso que está aqui nós fizemos termos de juntada de quase todos os documentos. Juntamos aos autos. Baseei-me na minha experiência militar em que fui chefe da justiça e fiz muitos processos deste tipo. Então, juntamos todos os documentos através de termos de juntadas.

De maneira que quando receberem na quarta-feira este documento, já vão receber tudo do processo, incluindo os documentos que vieram de património.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Neste caso como o Sr. Presidente tem experiência, era bom que pudesse ajudar aí o apoio a comissão no sentido a juntar a ser feita os autos numerados não pelos documentos chegados. Tens experiências nesta matéria e fazer a moda antiga. Fechar, lacrar, não deixar espaços para não permitir a...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, além da sua experiência nesta matéria eu também acho que a nossa colega Elsa também tem volumoso conhecimento nessas modalidades e poderia ainda enriquecer de modo que fossemos mais eficientes nesta questão.

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 10 horas.

Estava ausente o Sr. Deputado Octávio Boa Morte (ADI).